

# Populações Tradicionais Amazônicas: revisando conceitos

Thales Maximiliano Ravena Cañete (UFPA)  
Cientista social, Mestrando em Direito (UFPA)

[thales\\_canete@yahoo.com.br](mailto:thales_canete@yahoo.com.br)

Voyner Ravena Cañete (UFPA)  
Antropóloga, Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA), Professora  
adjunta do Instituto de Ciências Biológicas da UFPA

ravenacanete@uol.com.br

## Resumo

Este trabalho objetiva discutir de forma crítica o conceito de população tradicional dentro do contexto amazônico. Para tanto, serão expostos os casos de comunidades ribeirinhas do Purus e uma comunidade considerada urbana, localizada na periferia de Belém. Estas comunidades foram estudadas a partir de metodologias quantitativas e qualitativas. Desta forma foram aplicados questionários nos dois cenários estudados, assim como entrevistas pré-estruturadas. Ambos os instrumentos de coleta de dados buscavam estabelecer um diagnóstico sócio-econômico das populações, assim como entender a relação entre ser humano e meio ambiente nos contextos estudados. Verificou-se que o conceito de população tradicional, entendido como uma identidade coletiva que tem a especificidade de desenvolver modos de vida de integração e intimidade com o meio ambiente, identificando-se com o meio rural, pode ser relativizado no cenário amazônico, visto que mesmo populações urbanas, em alguns casos, podem ser consideradas populações tradicionais. Chama-se ainda a atenção para as comunidades que em princípio mantinham um modo de vida sustentável e característico de população tradicional que, em função de contingências externas, passaram por processos de marginalização e pauperização.

## Palavras-chave

Populações Tradicionais, Amazônia, Rio Purus, Igarapé Mata Fome.

## Introdução

Este trabalho é resultado do esforço de compreensão sobre as diversas definições que são formuladas acerca do conceito de população tradicional dentro do contexto amazônico. A realidade desta região apresenta diversos tipos de solos, fauna, flora, etnias e culturas (Meirelles Filho, 2004), demonstrando que abundância e diversidade social e ambiental são características que marcam essa área do planeta (Castro & Hebette, 1989).

Coloca-se como exemplo Becker (1998) que vem demonstrar as dimensões gigantescas desta floresta, sempre pensada como um vazio demográfico a ser habitado pelo restante do país, sem considerar suas populações residentes (caboclos, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, índios, quilombolas, camponeses, etc). Nesse sentido, segundo Ab'Saber (2004), a região amazônica é uma espécie de mosaico, pois é composta de diversos solos. Levando em consideração os diversos ciclos que existem dentro da natureza, e que os solos estão dentro destes ciclos, é possível estender o modelo de mosaico amazônico proposto por Ab'Saber não somente aos seus solos, mas a toda sua diversidade, tanto biológica, como ambiental e social, visto o modelo holístico que o ecossistema amazônico se constitui e o *modus vivendi* de integração com a natureza que sua população desenvolve.

Desta forma, a abundância e diversidade que marcam o meio ambiente, assim como o cenário social da Amazônia, demandam um olhar mais próximo capaz de traduzir as especificidades encontradas. É nesse sentido que suas populações residentes, ditas tradicionais, devem ser visualizadas: abundantes em especificidades locais.

O objetivo deste trabalho é revisar o conceito de população tradicional de forma crítica, pensando-o dentro da complexa e diversificada realidade Amazônica, verificando a sua aplicabilidade no contexto amazônico através da análise de dados coletados em dois cenários sociais distintos: comunidades ribeirinhas de um dos tributários do rio Amazonas, o rio Purus, mais especificamente no percurso dos municípios de Lábrea, Canutãma e Tapauá; uma comunidade urbana de Belém que vive á beira de um Igarapé, localizado em uma área marginal de Belém/PA, denominada de Comunidade Bom Jesus.

Para tanto, utilizou-se abordagem qualitativa e quantitativa junto às populações estudadas. Como metodologia para elaboração desta pesquisa é possível citar a aplicação de questionários previamente estruturados junto à população ribeirinha do Purus e da comunidade Bom Jesus I, articulando os resultados de análise destes dados com a revisão confeccionada acerca do conceito de população tradicional que vem sendo apresentado por diversos autores e legislações. Para a aplicação dos questionários acima citados três viagens a campo foram realizadas para o médio rio Purus, ademais de visitas à comunidade Bom Jesus I. Os questionários aplicados continham perguntas referentes, entre outros aspectos, á relação homem e meio ambiente, visualizando as diversas estratégias de reprodução social desenvolvidas pelos entrevistados. Quanto a revisão bibliográfica referente ao conceito de população tradicional é possível citar, entre

outras, as obras de Diegues (1993), Santilli (2005), Lima e Pozzobon (2000), Cunha e Almeida (2001).

Desta forma, este trabalho apresenta como principal argumento, a reflexão e relativização do conceito de população tradicional dentro do contexto Amazônico, visto que as populações amazônicas, até mesmo algumas que habitam um contexto urbano, podem ser consideradas como populações tradicionais. Outro argumento central refere-se a tentativa de demonstrar que existem algumas comunidades que podem ser identificadas como tradicionais através de um processo exógeno, contudo, elas não se identificam como tais, logo, muitos dos seus direitos ficam mais fragilizados por serem simples comunidades ribeirinhas (caso das comunidades ribeirinhas do Purus). Pode-se ainda chamar a atenção para as comunidades que um dia já encaixaram-se nos moldes de uma população tradicional, mas que, com contingências externas, tiveram que deixar de lado o seu modo de vida tradicional, sofrendo processos de exclusão e pauperização (caso da comunidade Bom Jesus). Sendo assim, o restante do trabalho será estruturado da seguinte maneira: perfil socioeconômico das comunidades ribeirinhas do Purus; o perfil socioeconômico da comunidade Bom Jesus; os resultados da pesquisa bibliográfica acerca do conceito de população tradicional; a articulação dos dados expostos com o referencial teórico sobre população tradicional, tecendo algumas conclusões e reflexões a partir dos resultados dessa articulação de dados.

## 1. O Rio Purus e seus ribeirinhos

Ao analisar as informações coletadas em campo, verificou-se que as atividades do ribeirinho do Purus eram por demais diversas, sendo que estes se apresentavam como polivalentes (FURTADO, 1993; CANTO, 2007). Outro dado a ser mencionado é que a dinâmica do rio configura-se como um fator de forte influencia no perfil da população local, já que esta estabelece suas escolhas sociais e econômicas a partir do movimento do rio. Esta dinâmica divide-se em quatro etapas: enchente, cheia, vazante e seca, correspondendo, respectivamente aos meses de dezembro a fevereiro, fim de fevereiro a maio, fim de maio a julho e agosto a novembro. O quadro a seguir apresenta esta situação, detalhando as atividades ribeirinhas de acordo com o ciclo do rio.

**Quadro 1: Dinâmica do rio, calendário anual e atividades do ribeirinho.**

<b>Período do Rio</b>	Enchente	Cheia	Vazante	Seca
<b>Período do Ano</b>	Dezembro a inicio de Fevereiro	Fim de Fevereiro a início de Maio	Fim de Maio a Julho	Agosto a Novembro
<b>Cultivo da Mandioca</b>	Roça e Colheita	Nada	Plantação (Julho)	Plantação (Julho) e Roça (quando necessário, em

de várzea				geral mês sim mês não)
<b>Pesca</b>	Sim (no período de defeso, 03/11 a 15/03, somente para consumo)	Sim	Sim. Fica mais intensa a partir de junho, pois é quando o rio está praticamente seco, aumentando a piscosidade.	Sim (no período de defeso, 03/11 a 15/03, somente para consumo).
<b>Extração</b>	Bastante	Bastante (principalmente a Castanha, sendo seu ápice em março)		

Fonte: trabalho de campo Projeto Purus, 2006/2007.

O quadro acima exposto segue o ciclo anual, colocando em paralelo os meses do ano, o ciclo do rio e as respectivas atividades de cada ciclo. Como consta na tabela, o ribeirão de dezembro a janeiro planta, colhe as roças de várzea, produz farinha, pesca e extrai produtos tanto para consumo como para venda. No período de cheia (fim de fevereiro a início de maio) o ribeirão pode explorar produtos da floresta (em especial a castanha) para a venda e para o próprio consumo (em especial a caça e a madeira para lenha) assim como pode pescar somente para consumo em função do período de defeso. Na vazante (fim de maio a julho) o ribeirão pode iniciar o plantio das roças de várzea, explorar os recursos naturais (com uma orientação muito mais consuntiva, pois a castanha encontra-se na entressafra), e poderá pescar, sendo que os corpos d' água começam a ficar mais piscosos. No período de seca (agosto a novembro) o ribeirão irá roçar a área de várzea cultivada, extrair recursos naturais para próprio consumo e, principalmente, pescar, pois os corpos d' água atingem seu clímax de piscosidade neste período do ano, sendo que uma parte dos ribeirinhos pescará somente para consumo e outra irá pescar para vender ademais de consumir. Assim, pode-se dizer que as principais atividades dos ribeirinhos são: agricultura, pesca e extração de recursos naturais da floresta. Esta afirmação pode ser evidenciada através dos dados<sup>1</sup> que serão trabalhados abaixo.

## 1.1 Agricultura

Dentre as atividades desenvolvidas pela população, de fato a agricultura se configura como presente na quase totalidade das famílias, pois está presente em mais de 90 % das famílias entrevistadas. Contudo, vale ressaltar que esta atividade revela três variações. A primeira constitui-se no fato de que alguns ribeirinhos cultivam somente **culturas** permanentes, outros,

<sup>1</sup> Foram aplicados, entre os municípios de Lábrea, Canutãma e Tapauá, 21 entrevistas e 56 questionários. Estes instrumentos coletaram as informações referentes às famílias que ocupam as margens do rio Purus e que serão trabalhados durante este empreendimento.

culturas temporárias, ademais da possibilidade do cultivo das duas culturas. A segunda variação é a **finalidade** para a qual é desenvolvida cada cultura, ou seja, se a família ribeirinha a desenvolve para consumo, para venda ou para o consumo e venda. A última variação é o **local** em que as culturas são desenvolvidas, dividindo-se entre várzea, praia, terra firme e a combinação destas. Desta forma, através da combinação das três variações existentes dentro da prática agrícola<sup>2</sup>, obtêm-se diversas possibilidades a serem expressas, exaltando-se que estas possibilidades não chegam a considerar outras atividades como a caça, pesca e extração entre outras, evidenciando mais uma vez a diversidade que permeia a realidade do ribeirinho do Purus e da Amazônia em geral.

Assim, a partir dos dados coletados é possível estabelecer um perfil agrícola para o ribeirinho do Purus: quase 100% da amostra desenvolve alguma atividade agrícola, sendo a mandioca a espécie mais cultivada, assim como a área de várzea como o local freqüentemente mais utilizado para estas atividades.

## 1.2 Extrativismo

Mais de 60 % da população ribeirinha na qual aplicou-se questionário, respondeu que lançava mão da extração de algum recurso natural, seja para consumo, seja para venda. Os produtos que foram catalogados pelo banco de dados do projeto foram: Andiroba, Caça, Castanha, Copaíba, Madeira e Seringa. Deve-se ressaltar que as famílias mais uma vez apresentavam-se como polivalentes, pois constantemente estas praticavam a extração de mais de um produto acima listado. Assim, uma família pode extrair mais de um produto.

Através do processamento dos dados coletados foi possível constatar que a castanha aparece como o produto mais extraído (39%), seguido, respectivamente, pela madeira (27%), andiroba (21%) e seringa (20%), ficando a caça (11%) seguida da copaíba (2%) em últimos lugares. Ao analisar esta ordem é possível verificar como a madeira e a seringa, que outrora foram rentáveis e lucrativas, entram em decadência. Enquanto isso, outros produtos como a andiroba e, principalmente a castanha, surgem para tomar os seus lugares.

É imperioso chamar novamente a atenção para o fato de que as atividades acima expostas nem sempre aparecem como atividades de caráter econômico, pois os ribeirinhos muitas das vezes utilizam estes recursos para consumo próprio, ou consumo e venda ao mesmo tempo.

Então os produtos extraídos apresentam novamente a variante da **finalidade** para qual são extraídos: consumo, venda, consumo e venda de um ou mais produtos. Mais uma vez o ribeirinho

---

<sup>2</sup> O tipo de cultura a ser desenvolvido, a finalidade para qual esta cultura será desenvolvida e o local em que esta cultura será cultivada.

do Purus é dotado de opções que se diversificam em função das variantes já citadas<sup>3</sup>, reforçando a idéia de uma realidade social diversa.

### 1.3 Pesca

Dentre as atividades praticadas pela população do médio Purus a pesca chama a atenção, pois **todas** as famílias ribeirinhas do Purus entrevistadas praticam a pesca, seja em seu caráter consuntivo, seja para a venda. Assim é possível estimar que uma grande parte das comunidades ribeirinhas do Purus, mesmo aquelas não entrevistadas, também praticam a pesca, seja para vender seja para consumir, identificando-se ou não como pescadoras.

Verificou-se ainda que a população entrevistada pesca principalmente para o consumo e para a venda, pois mais de 30 % pescava só para o consumo, quase 70% só para a venda e menos de 5% das famílias entrevistadas desenvolve atividades pesqueiras visando somente a venda do pescado, ou seja, poucas são as famílias que não praticam a pesca, pois, ao somar a porcentagem de famílias que pescam para consumo com as que pescam para consumo e venda tem-se um percentual de mais de 90% da amostra coletada. Esta soma também demonstra a orientação consuntiva desta pesca, assim como uma baixa integração e dependência do mercado e sociedade maior.

## 2. A Comunidade Bom Jesus

A comunidade Bom Jesus é composta de 11 quadras com 372 unidades habitacionais<sup>4</sup>, e está situada na foz do Igarapé Mata Fome, o que proporciona fácil acesso através das linhas de ônibus disponíveis para o bairro do Tapanã. Tal acesso é garantido pela Rodovia Arthur Bernardes que corta o Igarapé nos seus últimos 50 metros antes do mesmo desembocar na Baía do Guajará.

Esta pesquisa optou trabalhar com todo o universo da Comunidade Bom Jesus I, visto que existem menos de 1000 unidades habitacionais (QUIVY, 1992). Das 337 unidades habitacionais ocupadas, 260 foram entrevistadas, já que 77 casas não apresentaram condições para a aplicação de questionário. Tal situação se deve pela ausência de um responsável acima de 16 anos para responder ao questionário, ou pelo fato da casa sempre se encontrar fechada. Dos 260 instrumentos de coleta de dados aplicados, 256 foram aproveitados.

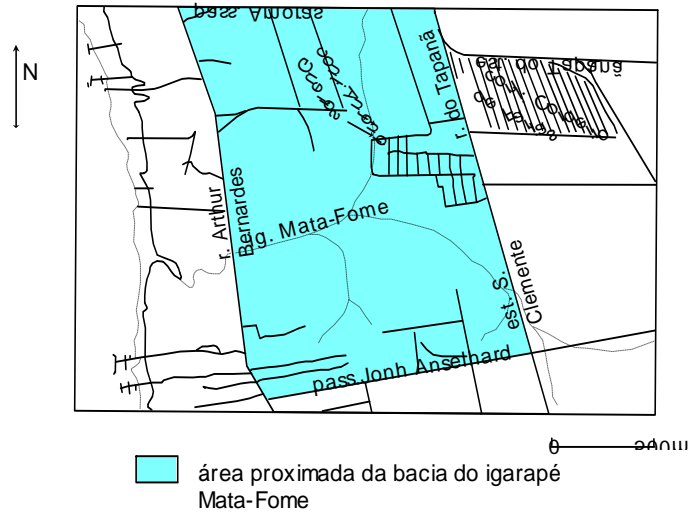
A área do Igarapé Mata Fome tem a configuração de um polígono irregular, delimitado ao sul, pela passagem Jonh Algelhard; ao norte, pela passagem Amoras; ao leste pela passagem São Clemente; e ao oeste, pela rodovia Arthur Bernardes como conta na figura abaixo.

---

<sup>3</sup> Finalidade, local e produtos a serem desenvolvidos.

<sup>4</sup> O número de unidades habitacionais encontra-se em um crescente contínuo, já que a área, como já mencionado, caracteriza-se como uma área de ocupação espontânea, na qual seus moradores não têm acesso às políticas públicas de várias esferas, inclusive a habitacional.

**Figura 1:** Limites aproximados da Bacia Hidrográfica do Igarapé Mata Fome



Segundo relato de moradores mais antigos do bairro do Tapanã, o igarapé Mata Fome deve o seu nome à abundância de alimentos que existia, tanto no rio como no seu vale. Ali dispunha-se de peixe e camarão, bem como de frutas diversas. Portanto, ao matar a fome daqueles que ali buscavam alimento, o igarapé fazia jus ao nome que tem.

A função social que o rio desempenhava é reconhecida pelos próprios moradores da área, principalmente os mais antigos. Estes relatam que quando chegaram à área, o rio era local de lazer, fonte de alimento, entre outras finalidades. Além de reconhecerem as mudanças ocorridas no rio, os moradores também têm consciência das causas da sua degradação e muitos gostariam de ver o rio revitalizado.

**Figura 2:** A ocupação desordenada das margens do Igarapé Mata Fome.



Fonte: Foto Unama / 2006.

A situação sanitária e ambiental da bacia hidrográfica do igarapé Mata Fome não difere muito daquela encontrada em grande parte das invasões inseridas na Região Metropolitana de Belém.

Trata-se de um processo de ocupação das planícies de inundação dos igarapés, naturalmente sujeitas a enchentes periódicas. Tal processo, sem qualquer planejamento é, em parte, fomentado pelo crescimento populacional dos centros urbanos, fato que conduz ao excessivo aumento na demanda por novos espaços para moradias. Essa situação, associada à falta de uma política adequada quanto à ocupação do meio físico, normalmente conduz a uma considerável modificação do meio ambiente, induzindo a uma acentuada degradação do mesmo.

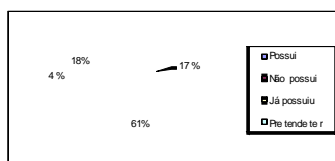
Entre as invasões, merecem atenção especial aquelas situadas na planície de inundação do rio, cujos domicílios são mais suscetíveis a inundações, principalmente no período chuvoso.

## 2.1 O Perfil das famílias residentes

A Comunidade Bom Jesus I é composta por uma população com um equilíbrio relativo à composição entre homens e mulheres na área, sendo 50% homens e 50% mulheres. Das 256 casas entrevistadas, 159 responderam ser a família residente de origem urbana, ficando as 97 casas restantes originárias da zona rural, ou seja, 38% das famílias são de origem rural e 62% de origem urbana.

Um terço das famílias entrevistadas na área são, portanto, originariamente da zona rural, o que permite afirmar que uma lógica de ruralidade<sup>5</sup> está presente de forma incisiva na área. Existe, portanto, a possibilidade da ampliação do universo simbólico urbano para outras práticas que envolvem um saber específico sobre o meio ambiente. Essa inferência pode ser reforçada pela informação obtida nos gráficos sobre a existência de horta ou criação de animais, observados a seguir.

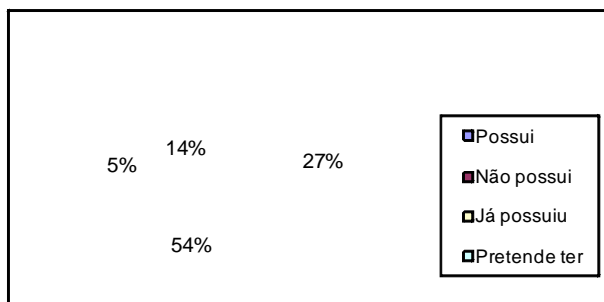
**Gráfico 1:** Perfil dos moradores quanto à plantação de hortaliças.



Fonte: trabalho de campo 2005/2006.

<sup>5</sup> O meio rural corresponde a ¼ da população dos países ricos e talvez em proporções maiores nos países em desenvolvimento (ABRAMOWAY, 2003, p. 11-13; VEIGA, 2002). Nestes, especialmente, o mundo rural não se restringe apenas à produção agrícola, mas se estende a um leque variado de atividades relacionadas a serviços e comércio, formando assim um cenário diverso, bem diferente do imaginário presente no senso comum que vê a área rural, composta apenas por atividades diretamente relacionadas à agricultura. Ao se lançar o olhar para o rural não se deve considerar apenas a produção agrícola que ainda o caracteriza, mas pensar outras atividades que estão nele presentes e que estabelecem relações com a sociedade maior. Ruralidade, portanto, não é um setor da economia, mas um valor social.

**Gráfico 2:** Perfil dos moradores quanto à criação de animais



Fonte: trabalho de campo 2005/2006.

A prática de cultivo de hortaliças ou criação de animais pertence ao mundo rural. Portanto, a origem das famílias e práticas dessa natureza reforçam a compreensão de que a população dessa área resulta de um processo migratório. Tal afirmação pode ser ainda reforçada pelos dados relativos à origem da última moradia das famílias entrevistadas. Nestes, detecta-se 26%, ou seja, um quarto do total das famílias migraram diretamente de áreas situadas fora da Região Metropolitana de Belém para a área em apreço.

Vale ainda ressaltar que, uma grande parte das famílias que tem o espaço urbano como seu último local de moradia, podem ser consideradas detentoras de valores rurais na medida em que migram de bairros com realidade semelhante a da Comunidade Bom Jesus. Nesse sentido, é válido ressaltar que na realidade social de Belém, bairros como Jurunas, Pedreira, Telégrafo, Val de Cans e Guamá, entre muitos outros, apresentam esse caráter rural e de interação com o meio ambiente de maneira específica como a comunidade Bom Jesus. Assim sendo, acentua-se o caráter de ruralidade desta comunidade, na medida em que são poucos os residentes que advêm de um local com peculiaridades majoritariamente urbanas, como seria o caso dos bairros de Nazaré e Cidade Velha.

Em comunicação informal com moradores da área, ainda foi possível identificar moradores que chegaram a receber parentes de cidades do interior paraense que vinham para a comunidade para pescar no Igarapé Mata Fome. Segundo o informante, tal fato ocorreu a mais de uma década atrás. Também foi possível identificar, através de outras comunicações informais, que um grande número de famílias utilizava o igarapé para pescar, especialmente o camarão, através da fixação de matapis<sup>6</sup> nas margens e no centro do Igarapé. Logo que comecei a frequentar a área<sup>7</sup>, cheguei a presenciar o ato de fixação de alguns poucos matapis por um morador da comunidade.

<sup>6</sup> Petrecho de pesca utilizado em comunidades ribeirinhas amazônicas. Consiste em uma espécie de armadilha para o camarão, fixada no corpo de água por cordas e varas que ficam presas ao fundo. O matapi fica, em média, de 12 a 24 horas fixado, para então poder ser retirado.

<sup>7</sup> Meados de 2005.

### 3. O conceito de população tradicional

Buscando contribuir para a definição do conceito de população tradicional, Arruda (1999) infere que populações tradicionais são aquelas que

apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável... Em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal da propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente. (p.79-80).

O conceito de Arruda (1999) é bastante amplo, tendo como especificidade a exposição da situação de fragilidade em que as populações tradicionais se encontram, pois as mesmas não apresentam documentos que comprovem seus direitos sobre as terras historicamente por elas ocupadas.

Outra importante contribuição refere-se à Cunha e Almeida (2001), que apresentam o conceito desses grupos como um termo ainda em construção e bastante genérico, classificando-o como um conceito extensivo e perfilando tal definição através da enumeração dos elementos que o compõe. Dentre os sujeitos enumerados e que compõem essa categoria é possível citar extrativistas, seringueiros, castanheiros, quebradoras de coco babaçu, ribeirinhos, pescadores artesanais, varjeiros, faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, pomeranos, ciganos, geraizeiros, vazanteiros, piaçabeiros, pantaneiros, dentre tantos outros que já identificam-se como populações tradicionais, ademais daquelas que ainda surgirão.

Seguindo a reflexão conceitual proposta, Cunha e Almeida (2001) sinalizam para o fato de que este conceito aponta para a formação de sujeitos políticos por meio de novas práticas. Ou seja, os autores demonstram que, com o encontro da metrópole com o “outro”, termos são criados para que este outro tome alguma forma e, em alguns casos, este termo garante ao outro uma posição política interessante, conferindo-lhe direitos *sui generis*. Os autores citam exemplos como índio, indígena, tribal, negro e outros. Desta forma, termos novos são criados para classificar este “outro”, sendo que com o passar do tempo, e dependendo da conveniência, estes termos são ou não preenchidos.

No caso das populações tradicionais é possível verificar que o termo vem sendo amplamente habitado por novos atores sociais, assim como vem transformando-se em uma bandeira política para os seus componentes, visto que, como será comentado em um momento posterior deste capítulo, seus direitos, inclusive territoriais, são garantidos em função do SNUC. Desta forma, o conceito construído pelas ciências sociais para populações tradicionais não mais se apresenta como unicamente extensivo, mas, ainda que apresentado um avanço teórico para a definição desse objeto, permanece a necessidade de uma análise crítica sobre o mesmo.

Nesse sentido, Cunha e Almeida (2001) finalizam seu artigo pensando populações tradicionais como:

grupos que conquistam ou estão lutando para conquistar (por meios práticos e simbólicos) identidade pública que inclui algumas e não necessariamente todas as seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto; formas eqüitativas de organização social; presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis; e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados. (p.192).

Na definição em tela é possível perceber que os autores agregam ao conceito de Arruda (1999) um viés político, pois demonstram como a identidade pública de população tradicional foi construída, sendo juridicamente e politicamente reconhecida garantindo, assim, direitos específicos às pessoas que preencherem esta identidade.

Apesar de formular uma definição semelhante à de Arruda (1999), Lima e Pozzobon (2005) ampliam o conceito em questão, refinando-o na medida em que enumeram diversas evidências do porque destas populações tradicionais não apresentarem um impacto ambiental. Estes autores fazem uma interessante exposição acerca dos “pequenos produtores tradicionais” da Amazônia, demonstrando o processo que o governo colonial utilizou para povoar a Amazônia, utilizando-se de meios legais para isso. Estes estimulavam a formação de um campesinato histórico produtivo e submisso, através da miscigenação de índios, negros e brancos, resultando em um camponês neo-amazônida, constituído por “tapuios”, “mamelucos” e “caboclos” que, conseqüentemente, também representavam uma mistura de culturas negras, índias e brancas, caracterizando-se de forma singular.

Com o passar do tempo novos ciclos foram surgindo na história da Amazônia, assim como novas situações históricas e econômicas que culminaram na formação de diferenciados quadros sociais e culturais. Como exemplo mais notório é possível citar o ciclo da borracha que importou os chamados “brabos” (nordestinos), novos atores que se integraram ao cenário amazônico, configurando-se como atores exógenos que foram sendo “caboclizados” com o passar do tempo (LIMA e POZZOBON apud PARKER, 2005, p.24), ou seja, foram gradualmente sendo integrados ao *modus vivendis* amazônico, caracterizado por “uma cultura ecológica e de hábitos regionais” (LIMA e POZZOBON, 2005. p, 24), denotando mais uma vez a miscigenação de culturas que permeia a realidade amazônica.

É em função desta mistura cultural que, através da herança indígena, essas populações adquirem seu caráter de sustentabilidade, produzindo saberes advindos de culturas indígenas de tradição ecológica milenar, resultantes de um *modus vivendis* de integração com o meio ambiente, desenvolvendo e reproduzindo um vasto conhecimento sobre os recursos naturais. A ferramenta de controle sobre esse campesinato amazônico constituiu-se na imposição de um padrão cultural de consumo de artigos manufaturados<sup>8</sup>, adquirindo a necessidade de poder aquisitivo, transformando-se, desta forma, em produtores tradicionais com economia familiar.

Nesse ponto Lima e Pozzobon (2005, p.24) enfatizam o baixo grau de inserção com o mercado que o “produtor tradicional” estabelece. Isso se dá em função da sua orientação como produtor de

---

<sup>8</sup> Esse processo de relação com o mercado não é exclusivo do campesinato Amazônico. A literatura sobre esse segmento da sociedade já evidencia essa condição, colocando-a como fundamental na formação do campesinato (CHAYANOV, 1974; HEBETTE 2004; COSTA, 1992).

subsistência, vendendo o excedente para ter acesso a produtos e gêneros alimentícios industrializados, caracterizando-se como uma relação “consuntiva”, ou seja, “A produção doméstica tem por objetivo garantir o consumo dos membros da família e desta orientação consuntiva decorre a lógica da aplicação dos rendimentos do trabalho”. Logo, é a “satisfação das necessidades de consumo que orienta a produção e, portanto, influencia a pressão de uso sobre o ambiente” (LIMA e POZZOBON, 2005, p. 23-24). Outro fator agravante para esta orientação consuntiva seria o grande esforço físico que o processo de confecção destes produtos exige<sup>9</sup>, denotando a penúria e o esforço em relação ao benefício do consumo extra ao explorar a própria força de trabalho. Lima e Pozzobon (2005) também evidenciam as limitações tecnológicas às quais estas populações estão sujeitas, restringindo a sua capacidade de produção e acesso ao mercado.

Outro autor a ser citado é Diegues (1993, 1997) e Diegues *et all* (2001), que demonstram como essas populações tradicionais desenvolvem um modo de vida de integração com a natureza, percebendo nesta o seu *modus vivendis*, diferentemente da relação que a sociedade ocidental pós-industrial demonstra para com a biodiversidade, em virtude da forma como se posiciona diante da natureza, pois esta é pensada enquanto um instrumento a ser dominado, privatizado e explorado pela espécie humana. Na sociedade ocidental a natureza é vista como o lócus do primitivo, bárbaro, incivilizado que deve ter na civilização a luz para a sua evolução, a saída para o seu estado de atraso. Para este autor as populações tradicionais vivem em harmonia com a natureza, articulando o seu modo de vida com os recursos naturais, desenvolvendo uma cultura de vasto conhecimento dos mesmos. Nas palavras do autor, essas populações tradicionais desenvolveram um outro tipo de relação homem natureza, através de:

modos de vida particulares que envolvem uma grande dependência dos ciclos naturais, um conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica (DIEGUES, 1994, p. 14-15).

Fica clara a posição do autor sobre a necessidade de uma nova concepção de mundo para a sociedade ocidental, diante da noção de exploração e conquista dos recursos naturais e não de integração com os mesmos que essa sociedade apresenta. Esta visão da natureza como um espaço oposto ao ser humano, como algo intocado e selvagem<sup>10</sup>, é desenvolvida através da noção de *wilderness*<sup>11</sup>. É esta noção que dá origem às Unidades de Conservação de uso indireto dos recursos naturais, primeiramente nos Estados Unidos e, posteriormente, para outros países, sendo que desde seu início foram criticadas, principalmente por nações indígenas, que viam nas florestas ditas “naturais” (*wilderness*) a sua própria sociedade e seu próprio lar (DIEGUES, 1993). Standing Bear, chefe Sioux, assim afirmava a esse respeito:

---

<sup>9</sup> Como exemplo é possível citar o quão trabalhoso é produzir farinha, ou então o processo de confecção da borracha, assim como a pesca é trabalhosa na medida em que se deseja pescar em uma escala aceitável para o mercado, utilizando-se de instrumentos e técnicas artesanais.

<sup>10</sup> Selvagem, nas palavras do autor, corresponde à: “áreas virgens, não habitadas permanentemente” sendo que os parques *wilderness* (unidades de conservação estadunidenses orientadas por esta noção) serviriam como “parque público ou área de recreação para benefício e desfrute do povo... em que o homem é visitante e não morador” (DIEGUES, 1993, p.226).

<sup>11</sup> Corresponde à noção de selvagem em inglês. (tradução livre do autor).

Nós não consideramos selvagens (wild) as vastas planícies abertas, os maravilhosos montes ondulados, as torrentes sinuosas. Somente para o homem branco a natureza era selvagem, e somente para nós ela era domesticada. A terra não tinha cercas e era rodeada de bênçãos do Grande Mistério (MCLUTHAN apud DIEGUES, 1993. p. 227)

Desta forma, o autor (DIEGUES 1993, 1994, 1997; DIEGUES et al, 2001) sugere que algumas sociedades e populações contribuem para o aumento da diversidade de espécies, de ecossistemas e genética, visto que desenvolveram uma relação de integração com a natureza, logo, uma relação de manipulação dos recursos naturais sem causar impactos negativos ao ecossistema. Com isso é possível notar que a biodiversidade não é um fenômeno apenas natural, mas existe uma interferência humana no mesmo, caracterizando-se como um processo bio-cultural, já que, o que outrora era visto pelos cientistas como biodiversidade, descontextualizada de um domínio cultural, foi desconstruído em virtude das culturas das populações tradicionais que desenvolveram uma relação ecologicamente sustentável com o ecossistema que habitavam.

Um exemplo a ser citado refere-se à floresta amazônica, na qual a maioria das populações que tradicionalmente ocupam a terra firme, desenvolvem práticas agrícolas que utilizam pequenas áreas de terra para o plantio, sendo que para remover a vegetação existente, utilizam-se do fogo, provocando queimadas minuciosamente controladas, ocorrendo o abandono dessas áreas após o decréscimo da produção agrícola<sup>12</sup>. Este processo assemelha-se à destruição das florestas produzidas por causas naturais, dificultando a identificação e diferenciação de áreas “naturais” para áreas que sofreram a ação humana (DIEGUES, 1993. p. 240).

Nesta mesma linha de raciocínio Diegues (1993) cita autores que descobriram como, no México e na América Central, ocorre de forma abundante a presença de diversas espécies na “selva primária” como resultado da ação de populações indígenas.

Mais adiante o autor demonstra que

Por causa da longa história de pousio da agricultura itinerante, junto com os povos nômades/pastores na África Central, todas as florestas atuais são realmente patamares de vários estágios sucessivos de crescimento criados pelo povo e não existem áreas que muitos relatórios e propostas chamam de “prístinas”, “intocadas”, “primárias” ou “florestas maduras”. Em resumo, essas florestas são artefatos culturais humanos. (p. 242)

Com isso mais uma vez evidencia-se o fato de que a noção de natureza selvagem e intocada é na verdade um mito, visto que para muitos povos a natureza é, em verdade, o seu próprio modo de vida, alterando-o, manipulando-o, manejando-o e assim por diante, construindo um vasto conhecimento de seu ambiente e dos ciclos e recursos naturais presentes no mesmo, resultando novamente em uma biodiversidade que foi culturalmente construída. Logo, desmistifica-se a visão de que a ação humana para com a natureza é sempre uma ameaça à biodiversidade (DIEGUES et al, 2001). Em outras palavras, natureza e cultura não são opostas e mutuamente excludentes. Assim como também fica evidente o mito de que existem áreas *wilderness*, virgens e intocadas pela humanidade, ou, nas palavras de Diegues (1993), fica evidente “o mito moderno da natureza intocada”.

---

<sup>12</sup> Para mais detalhes sobre esta técnica, ver Ravena-Cañete (2005).

Outra contribuição deste autor refere-se aos diversos conceitos por ele desenvolvidos para populações tradicionais. Para Diegues (2002), populações tradicionais são aquelas que praticam um extrativismo que foi historicamente construído, caracterizando-se por um manejo florestal de baixo impacto ambiental. Em obra empreendida em parceria com outros autores, Diegues assim define sociedades tradicionais em relatório produzido para o Ministério do Meio Ambiente-MMA:

grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. (DIEGUES *et al*,2000).

É importante perceber que neste conceito o autor inclui populações indígenas como populações tradicionais, pensando que, apesar de existirem diferenças culturais entre indígenas e as outras populações tradicionais, o que importa é o seu modo de vida específico de integração com a natureza, desenvolvendo uma cultura tradicional que pratica um manejo sustentado do meio ambiente.

Contudo, torna-se imperioso demonstrar que juridicamente estas duas identidades são distintas, pois são regulamentadas por dois instrumentos jurídicos distintos: a noção de identidade indígena e a garantia de seus direitos advêm da Carta Magna de 1988, assim como do estatuto indígena<sup>13</sup>, enquanto que a identidade de população tradicional toma a proporção que tem atualmente através da Lei 9985 de 18 de julho e 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Os quilombolas também constam como populações tradicionais, porém com uma identidade jurídica diferenciada<sup>14</sup>.

Uma outra reflexão a ser abordada seria a de Mauro Almeida em conferência intitulada “Quem são os povos da floresta?”, proferida na 59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC<sup>15</sup>. O autor lembra do conceito de Alfredo Wagner, que pensa populações tradicionais como “grupos sociais que se constituem sob o rótulo de povos tradicionais na luta para conquistar territórios e que incorporaram novas identidades em uma situação de mobilização acionadas em contexto de conflito” (ALMEIDA, 2007). Neste conceito é importante ressaltar a auto-identificação como um fator essencial, pois, como comentado mais acima, a categoria de população tradicional foi criada pela sociedade ocidental para classificar indivíduos que em outro momento não se viam de tal forma. Também deve-se ressaltar o contexto de conflito em que muitas das vezes estas populações estão inseridas, ou para a margem de centros urbanos, ou para esta categoria de populações tradicionais.

Ainda acerca da noção de população tradicional Mauro Almeida define-as como:

comunidades que, já sendo habitantes á algum tempo da região, estão entrando num processo de desenvolvimento com baixo impacto ambiental, visando melhorar sua

<sup>13</sup> Lei 6001, de 19 de dezembro de 1973.

<sup>14</sup> Para mais detalhes sobre a diferenciação jurídica entre Populações Tradicionais, Quilombolas e Indígenas, consultar o livro “Sociambientalismo e novos Direitos” de Juliana Santilli (SANTILLI, 2005), assim como artigo da mesma autora no livro “O desafio das Sobreposições” (SANTILLI, 2004).

<sup>15</sup> Disponível em [www.sbpcnet.org.br](http://www.sbpcnet.org.br).

qualidade de vida. É assim que o grupo se auto-identifica atualmente como tradicional. (ALMEIDA, 2007).

Através deste conceito o autor faz um *link* entre a necessidade de uma auto-identificação destas populações tradicionais como pertencentes a tal categoria, assim como da necessidade de se auto-identificarem como de “baixo impacto ambiental”.

## **Conclusões e Reflexões**

Através da análise da revisão bibliográfica exposta, pode-se elencar algumas características das populações tradicionais: apresentam um modo de vida específico, marcado pela intensa simbiose e relativa harmonia com o meio ambiente em que vivem, desenvolvendo técnicas de baixo impacto ambiental, fraca articulação com o mercado, intenso conhecimento da biodiversidade que os cerca, modo de produção baseado na mão de obra familiar. Vale ainda ressaltar que este é um termo em construção, sendo criado pela sociedade nacional para classificar outras sociedades (exemplo: os ribeirinhos do Purus), desta forma estas populações em geral não se denominam tradicionais, mas sim são denominadas por outros atores sociais como tais.

Assim, pode-se caracterizar as populações ditas “tradicionais”, principalmente em função da relação que desenvolvem com o meio ambiente que as cerca (Diegues, 1993, 1994), na medida em que as mesmas apresentam uma relação de simbiose e diferente concepção de meio ambiente e biodiversidade, participando no processo de construção dos mesmos, ou seja, o meio ambiente e a biodiversidade, ditos “naturais”, podem ser culturalmente construídos. Logo, os conceitos de natureza e cultura não são opostos e mutuamente excludentes para estas populações.

Através da articulação dos dados coletado no médio rio Purus com os conceitos formulados pelos autores consultados foi possível aferir a existência de uma imensa diversidade nas estratégias de sobrevivência das populações tradicionais, gerando também uma ampla diversidade cultural que, por sua vez gera as especificidades locais de cada povo, vila, comunidade, etc. Percebeu-se as inúmeras estratégias de sobrevivência utilizadas pela população tradicional para driblar as situações às quais estão submetidas, sendo que o rio tem um importante papel dentro deste cenário, ora como protagonista, ora como antagonista, denotando uma intensa relação de integração que o ribeirinho desenvolve com o rio e demais recursos naturais, sinalizando para uma das características acerca do conceito de população tradicional (Diegues, 1993).

Ainda se faz relevante observar a grande dependência que os ribeirinhos do Purus tem dos recursos naturais para a sua reprodução social, visto que estão intimamente ligados ao ambiente natural que os cerca na medida em que pescam para alimentar-se, utilizam a madeira para suas moradias e para a lenha, caçam para consumo, desenvolvem culturas de várzea, em especial a mandioca, e assim por diante, sendo que todas estas atividades estão ligadas com os recursos

naturais locais, sinalizando, como recém dito, para mais uma das características de uma população tradicional: a sua forte dependência dos recursos naturais com as quais interagem.

Através da articulação do conceito de população tradicional formulado, com o contexto da comunidade Bom Jesus I, afirma-se que esta comunidade pode ser chamada de população “remanescente” de população tradicional, na medida em que ainda preserva alguns dos valores cultivados nas culturas ribeirinhas e caboclas. Esta população outrora sobreviveu dos recursos naturais locais e tinham as suas escolhas de reprodução social fortemente influenciadas pelo Igarapé, ou seja, elas se assemelhavam às comunidades ribeirinhas do Purus aqui estudadas. Com isso, ficam algumas reflexões: quantos outros bairros e cidades interioranas da Amazônia não podem ser consideradas “remanescentes” de populações tradicionais? Quantas ainda não podem ser consideradas populações tradicionais, dentro do amplo contexto amazônico de diversidade sociocultural? Com isso, será que a Amazônia não é majoritariamente composta por populações tradicionais? E como ficam os direitos destas comunidades “remanescentes” de populações tradicionais, que sofreram um intenso processo de marginalização e pauperização?

Ainda se faz possível refletir acerca dos ribeirinhos do Purus, no sentido de que estes não se dizem ou se identificam como população tradicional. Este fato demonstra que talvez muitas outras populações ribeirinhas tampouco identificam-se com tal conceito. Talvez, a comunidade Bom Jesus tenha sido uma dessas comunidades. Em contra partida, não se pode negar que as populações amazônicas de maneira geral podem ser classificadas como “populações tradicionais”. Contudo, esta classificação é feita por “nós”. Desta forma ficam as reflexões: a maioria das populações “tradicionais” identificam-se como tal? Até que ponto lhes é conveniente incorporarem esta identidade? Quais direitos lhes são conferidos? Quais direitos lhes são garantidos? Populações que não se identificam como “tradicionais”, contudo apresentam todas as características de uma, podem evocar os direitos de uma população tradicional? E como ficam os direitos das populações que já apresentaram características de uma população tradicional, mas que, em função de contingências externas, foram marginalizadas e transformadas em comunidades pobres e não mais comunidades ribeirinhas, como o caso da Comunidade Bom Jesus?

## Referencias Bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Problemas Geomorfológicos da Amazônia Brasileira**. In:\_\_\_\_\_. A Amazônia: do discurso à práxis. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ALMEIDA, Mauro. **Quem são os povos da floresta?**. Cadernos SBPC 30. Povos da Floresta: Cobertura jornalística feita a partir de conferências e mesas-redondas apresentadas na 59 Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). 2007.

ARRUDA, Rinaldo. **“Populações Tradicionais” e a proteção de recursos naturais em Unidades de Conservação**. In: Ambiente & Sociedade, ano II, n 5, 1999.

BECKER, Berta K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BRASIL. Lei 9985, de 18 de Julho de 2000.

CANTO, Otávio do. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. Belém: MPEG, 2007.

CASTRO, E. M. R. de, & HÉBETTE, Jean, orgs. **Na Trilha dos Grandes Projetos. Modernização e Confronto na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992.

CUNHA, Manoela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. **populações tradicionais e conservação ambiental**. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **Populações Tradicionais em Unidades de Conservação**. In: VIEIRA, Paulo Freire; MAIMON, Dália (Org.). As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo à Interdisciplinaridade. Belém: NAEA/UFPA, 1993.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos S. O mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras. In: CASTRO, Edna & PINTON, Florence (orgs). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP, UFPA-NAEA, 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos S. et al. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, PROBIO-MMA, CNPq, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos S. et al. **“Populações tradicionais” e biodiversidade na Amazônia: levantamento bibliográfico georreferenciado**. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos S. et al. **Povos e Águas: inventário de áreas úmidas**. Segunda edição. São Paulo: NUPAUB, USP, 2002.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 1993.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. **Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social**. In: Estudos Avançados n 19 (54), 2005.

MEIRELLES FILHO, João Carlos. **O livro de ouro da Amazônia: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

QUIVY, Raymond. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

RAVENA-CAÑETE, Voyner. **Os colonos de Nova Redenção: estratégias de permanência e dinâmica do campo rural da região guajarina do estado do Pará**. Tese (Doutorado em Ciências Socioambientais) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2005.

SANTILLI, Juliana. **Povos Indígenas, quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas**. In: RICARDO, Fany (Org.). Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

SANTILLI, Juliana. **Sociambientalismo e Novos Direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

VEIGA, J. E. Da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.